

Governo avança na agenda microeconômica

Economia - Brasil

Ed Ferreira/AE

Antes do recesso, o Congresso aprovou projetos de interesse do Executivo

LU AIKO OTTA e
ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – Nos últimos dias de funcionamento antes do recesso, o Congresso Nacional deu um bom impulso na chamada agenda microeconômica do governo. A Lei de Falências foi aprovada no Senado e parte para derradeira avaliação da Câmara dos Deputados, a última etapa de seus 11 anos de tramitação. O projeto de lei com medidas de incentivo à construção civil, enviada ao Congresso no dia 1º de março, foi aprovada na Câmara na quarta-feira e no Senado, no dia seguinte.

A Câmara também votou a Lei de Inovação, que cria mecanismos de aproximação entre o setor privado e os centros de pesquisa. Aprovou, ainda, a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que será a responsável pela implementação das medi-

das de política industrial. No Senado, foi aprovado o texto básico da reforma do Judiciário.

Com exceção da Lei de Falências, essas matérias essenciais para a economia estavam paradas no Congresso até a semana passada. Havia o risco de o Congresso iniciar o recesso sem apreciá-las. No entanto, é nelas que os formuladores da política econômica apostam suas fichas para garantir um processo continuado de crescimento econômico. As novas regulamentações dizem respeito à melhoria do ambiente de negócios e ao investimento, que ditarão o ritmo da economia nos próximos anos. O projeto da construção civil, por exemplo, tem por objetivo aumentar os investimentos no setor e, com isso, atacar o desemprego.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci agradeceu a colaboração do Congresso na quinta-feira, quando participou da 26ª reunião de Cúpula do Mercosul. “O Brasil tem muito a comemorar, do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico”, afirmou. Novos agradecimentos foram feitos na sexta-



Palocci: medidas ajudarão o desenvolvimento econômico do Brasil

feira passada, quando ele recebeu em seu gabinete o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL) e do PFL no Senado, Agripino Maia (RN).

No encontro com os senadores, foi discutida a agenda para o segundo semestre. Segundo Bezerra, a prioridade será o projeto de lei que regulamentava as Parcerias Público-Privadas (PPP). Outras proposições im-

portantes para a economia que ainda estão pendentes de votação são a lei de Biossegurança e

a lei que define o papel das agências reguladoras.

Encontros – O impulso a esses projetos coincide com a presença mais forte de Palocci nas negociações com o Congresso. Na semana passada, ele reservou parte de sua agenda para conversar com parlamentares, principalmente da oposição, em encontros reservados.

Na segunda-feira, por exemplo, ele recebeu em sua casa três senadores da oposição: Arthur Virgílio (PS-DB-AM), Tasso Jereissati (PS-DB-CE) e Sérgio Guerra (PS-DB-PE). Pediu-lhes para votar

o projeto das PPP e a Lei de Falências (aprovada na terça).

Na quarta-feira, ele tomou café da manhã com integrantes da Comissão de Orçamento para pedir a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Inovação – que, de fato, foi aprovada naquele mesmo dia. Na sexta-feira, Palocci tomou para si a tarefa de buscar um entendimento com

o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL) e resolver o problema que inviabilizou a votação da LDO na semana passada. O texto deve ser votado nessa terça-feira.

PALOCCHI
PARTICIPOU
DAS
NEGOCIAÇÕES